

* Psicóloga no CEFET-PA, Mestre em Educação.

Correspondência:
Address:
Av. Governador José Malcher, 1434, ap. 802. Nazaré, Belém – PA. CEP: 66060-230.
E-mail:
elinilze@hotmail.com

SUBJETIVIDADE E ESCOLHAS PROFISSIONAIS¹

SUBJECTIVITY AND PROFESSIONAL CHOICES

Elinilze Guedes Teodoro*

Resumo

O artigo busca, de forma preliminar, conceituar a subjetividade enquanto uma noção evocada pelo objeto de estudo das escolhas profissionais, uma vez que as teorias referentes à temática adotam concepções de indivíduo e sociedade diferenciadas, levantando a questão da autonomia do sujeito. A pesquisa bibliográfica baseou-se nos textos de Bock (1987), Ferretti (1988), Araujo (1998), Martins (2004) e Seve (1989). O estudo evidenciou a relevância da investigação do tema, como subsídio a discussões pertinentes a questão da autonomia e da liberdade do indivíduo, e permite concluir sobre a possibilidade de autonomia do indivíduo frente ao contexto real e teórico como verdadeira; apresenta-se circunscrita, mas com possibilidades de expansão, relacionada à consciência do indivíduo sobre seus condicionantes e ampliação dos sentidos pessoais para os motivos de suas necessidades.

Abstract

This article seeks to conceptualize, in preliminary form, subjectivity as a notion evoked by the object of study of professional choices, given that the theories on the theme adopt varying concepts of individual and society, which raises the issue of autonomy of the subject. The bibliographic research is based on the texts of Bock (1987), Ferretti (1988), Araujo (1998), Martins (2004) and Seve (1989). The study demonstrates the importance of investigation on the theme, as a resource for discussions on the issue of autonomy and freedom of the individual, and leads to the conclusion that there is a real possibility of autonomy of the individual, faced with the real and theoretical context; it is presented as circumscribed, but with possibilities for expansion, related to the awareness of the individual on his conditioning factors, and widening of the personal senses to include the motives behind his needs.

Artigo recebido em:
15/02/2006
Aprovado em:
20/03/2006

Palavras-chave

Subjetividade, Autonomia, Escolhas Profissionais.

Keywords

Subjectivity; Autonomy; Professional Choices.

Introdução

O contato com a produção teórica da área das escolhas tornou necessária a clarificação de aspectos da relação sujeito x objeto, de que modo agirá o pesquisador frente aos sujeitos de sua pesquisa e como conceber o homem diante do seu cotidiano, uma vez que esta temática evoca a questão da autonomia do sujeito e a conseqüente necessidade de localizar como será compreendido. Assim, chegou-se ao estudo da noção de subjetividade, buscando uma compreensão que subsidiasse a análise e compreensão do homem frente à realização de escolhas.

O texto inicia com a apresentação das questões produzidas pelo estudo das teorias sobre escolhas profissionais com ajuda de Bock (1987) e Ferretti (1988a e 1988b) para, em seguida, tratar dos dilemas que elas evocam, referentes à autonomia e subjetividade, para tanto, tomamos como base os textos de Araujo (1998) Martins (2004) e Seve (1989), que apresentam a noção de subjetividade em Seve e Leontiev, pesquisadores que adotaram a epistemologia do materialismo histórico e dialético, na perspectiva marxista para estudar a questão da personalidade humana. Finalmente as considerações finais acerca das proposições destes autores, suas contribuições à temática das escolhas e sobre a possibilidade de autonomia dos sujeitos ao realizarem suas escolhas profissionais.

Do estudo concluí-se que a subjetividade não é uma essência intrapsíquica que organiza as coisas de dentro pra fora, mas, é parte essencial da configuração de elementos diversos, sobre os quais o indivíduo organiza sua expressão individual, como um momento vivo da própria

subjetividade. A subjetividade não é uma realidade coisificada, mas um processo vivo do indivíduo como sujeito psicológico concreto.

A subjetividade é apresentada como um elemento que atualiza o sujeito constantemente na relação com o real, permite seu desenvolvimento, enfrentamento de situações novas e conseqüentes modificações na sua subjetividade, sem perder sua continuidade como pessoa e sua identidade diante de novas circunstâncias.

Subjetividade e escolhas profissionais

Bock (1987) diz que, sob a influência dos motes da igualdade, liberdade e fraternidade da Revolução Francesa de 1789, na passagem do feudalismo para o capitalismo, surge a idéia de o homem escolher seu próprio caminho. Antes desse período, a posição social era determinada pelos laços de sangue. Com o capitalismo vem também a idéia de posição social conquistada com esforço e mérito próprios. Assim, a liberdade, igualdade de oportunidade e individualidade assumem lugar de máximas que fortemente influenciam e marcam a educação, as teorias da escolha e a prática escolar.

As teorias que abordam a escolha profissional são várias e se relacionam com a Orientação Profissional, campo de estudo e atuação historicamente assumido no Brasil pela Orientação Educacional.

A Orientação Profissional constitui-se como um dos enfoques de tratamento da questão da escolha profissional. Surgiu no início do século passado, ligada à seleção de pessoal. Buscando se constituir como ciência, desenvolveu duas grandes linhas na Psicologia Diferencial e na Psicologia Industrial, principalmente na França e nos EUA, segundo história Ferreti (1988a). Tais construções teóricas levaram à elaboração de uma prática em Orientação Profissional direcionada ao ajustamento do indivíduo às profissões e ao atendimento das demandas específicas do mercado de trabalho, sendo fortemente criticada na década de 50. Nos anos 70, essas teorias e suas críticas foram amplamente divulgadas no Brasil e encontraram muita receptividade e adeptos entre os educadores brasileiros.

A Orientação Profissional no Brasil passou, então, a ser entendida como um fazer, uma prática que adota diferenciados modelos, mas que, em geral, busca ajudar os indivíduos a fazerem escolhas profissionais adequadas, podendo a opção ser denominada consciente e/ou crítica e/ou racional, conforme o enfoque teórico (FERRETI, 1988b).

Crites (1974) apud Ferreti (1988a) diz que a Psicologia Vocacional é a “ciência da conduta e do desenvolvimento vocacional”. Esse mesmo autor é apontado por Ferreti (1988a), Bock (1995), Silva (1996), Levenfus (1997) e Tractenberg (2002) como sendo uma referência por ter realizado nos EUA, na década de 70, um apanhado exaustivo do pensamento na área. Em suas formulações, Crites propõe uma classificação em Teorias Psicológicas e Teorias Não-Psicológicas (sociológicas e econômicas). Silva (1996) acrescenta a essa classificação um outro grupo: o das Teorias Gerais (interdisciplinares). Cada uma dessas abordagens compreende o homem, seu entorno e as escolhas de uma forma particular e diferenciada. Fala-se em teorias, pois dentro de cada classificação vários modelos com diferentes focos são apresentados, mantendo-se um eixo que as classificam em grupos.

Ferreti (1988b) é um educador que, com base no trabalho de Pimenta (1981), envolveu-se com o tema da Orientação Profissional, produzindo contribuições originais à área por meio de estudos críticos sobre as teorias e as práticas até então existentes. Ao apontar as ideologias que subjazem cada uma das teorias, indicou como problema o fato de elas não colocarem em questão a dimensão sócio-econômica e política do problema da decisão profissional, enfoques em soluções no ou do indivíduo, exacerbadamente psicologizantes. Adotando esse referencial, as teorias não consideram a multiplicidade de determinantes das escolhas profissionais. Ferreti não queria dizer que os fatores sociais e econômicos não fossem percebidos por tais teorias, mas que elas os tomam como aspectos isolados em função do indivíduo. Enquanto fazem isso, essas teorias reforçam ideais liberais que mascaram a igualdade de oportunidade, de mobilidade social via profissão e responsabilização do indivíduo pelo sucesso ou insucesso mediante sua própria escolha.

Bock (1995) colabora com essa discussão proposta por Ferreti (1988b), afirmando que as teorias que tratam da escolha profissional apresentam intrinsecamente uma concepção de indivíduo e de sociedade. Acrescenta, ainda, que, apesar da classificação clássica de Crites apud Ferreti (1988a)

que as distribui em teorias psicológicas e teorias não-psicológicas, há uma outra divisão que desvela o homem e a sociedade para cada uma dessas teorias, daí dividi-las em um grupo de teorias de Orientação Vocacional Tradicional, que basicamente engloba as teorias psicológicas, com sustentação liberal, nas quais o indivíduo é compreendido como possuidor de características que o farão se desenvolverem em determinada área. Nesse caso, fala-se pouco em liberdade de escolha e igualdade de oportunidades, pois basta que ele conheça suas características e as que lhe cercam para que se ajuste à estrutura social ao seu redor.

Num outro grupo, denominado Teorias Críticas à Orientação Profissional, também com sustentação liberal, o homem é visto como autônomo em relação à sociedade e capaz de, individualmente, através de suas escolhas, construir uma situação melhor para si, superando possíveis obstáculos sociais. Finalmente, há um último grupo de teorias que tenta superar o determinismo individual e econômico, numa perspectiva em que o indivíduo “é e não é, ao mesmo tempo, reflexo da sociedade, da mesma forma ele é e não é autônomo em relação a ela” (BOCK 1995, p.69). Bock chamou a esse grupo de Para Além da Crítica, por conter a idéia de superar a concepção subjacente à ideologia liberal e sua crítica, em que o indivíduo pode tudo ou não pode nada.

Mediante essa discussão e essa classificação concernente às teorias de escolhas profissionais apresentadas por Bock, revelou-se a necessidade de buscar elementos referentes à autonomia e à subjetividade.

Dilemas subjacentes à escolha: a autonomia

No tocante às concepções de escolha, Ferreti (1988b), em seu estudo sobre o processo de inserção de um grupo de trabalhadores de classes subalternas na População Economicamente Ativa (PEA), esclarece que existem escolhas e não-escolhas, defendendo que “as opções, quaisquer que sejam não ocorrem num contexto de plena liberdade” (FERRETTI, 1988b, p.142), pois o fato de termos que escolher já indica inexistência de plena liberdade.

O autor apresenta, em seguida, a noção de graus de liberdade que varia conforme determinantes como idade, sexo, disponibilidade de informação, herança familiar e aquelas decorrentes da classe, normas e costumes vigentes no ambiente onde está imerso o indivíduo. Os graus de liberdade variam em cada situação de escolha para cada determinante, podendo verificar-se situações em que os determinantes são mais ou menos limitantes e, se esses determinantes proporcionam severas limitações, há uma situação de não-escolha. Severa limitação, para o autor, é quando a predominância dos determinantes limita a opção.

Ferreti diz que em cada situação de escolha o indivíduo escolhe e não-escolhe em função do grau de liberdade que os determinantes lhe proporcionam e, para tanto, o autor se apóia no conceito de autonomia de Heller apud Ferreti (1988b), que diz que, qualquer que seja a classe social, o indivíduo não goza de liberdade absoluta de escolha, e sim de uma autonomia relativa, sendo que

[...] autonomia significa que somos responsáveis por nossas ações e relativa significa que a situação social concreta e os diversos sistemas normativos definem os limites no interior dos quais podemos interpretar e realizar determinados valores (HELLER apud FERRETI, 1988b, p. 143 - 144).

A discussão apresentada pelas teorias e suas críticas apontam a prevalência de uma dicotomia indivíduo \times sociedade e a conseqüente necessidade de conceituar a subjetividade enquanto noção evocada pelo objeto de estudo das escolhas profissionais, uma vez que as teorias referentes à temática adotam concepções de indivíduo e sociedade diferenciadas, levantando a questão da autonomia do sujeito.

Verificou-se que o termo autonomia vem sendo compreendido sob diversos ângulos. Correa e Saraiva (2000) dizem que autonomia refere-se a um estado de auto-realização de um indivíduo ou grupo, no que concorda Cattani (1997). Esse termo tem relação estreita com o conceito de auto-realização, a ponto de se confundir com ele principalmente no aspecto da busca pessoal em conduzir seu próprio projeto de vida.

O dicionário Aurélio indica que, no âmbito da ética, autonomia refere-se à “propriedade pela qual o homem pretende poder escolher as leis que regem sua conduta” (FERREIRA, 1988, p.74). Esse aspecto é destacado na filosofia Kantiana, em que o sentido etimológico do termo é retomado e indica a condição do homem de guiar-se, estabelecendo, para isso, leis,

conforme descreve Cattani (1997). Surge daí uma discussão entre leis e liberdade, concluindo-se que a autonomia está presente no imaginário como elemento que impulsiona oposição a normas arbitrárias, a hierarquias opressoras e à racionalidade produtivista, produzindo um homem que requer sua inserção na vida em sociedade, no processo produtivo e na criação cultural.

A subjetividade

A subjetividade, por sua vez, também não se mostra um conceito simples; além do mais, é entendido por diversas nuances a que pertença o olhar do teórico que o analise. Muitas vezes, os autores não o estudam diretamente; seus conceitos são outros e, por meio deles, se apreende o sentido de subjetividade para cada um, como em Marx. Esse é um conceito que só pode ser compreendido através da articulação entre as diversas dimensões da existência do homem e, de uma forma geral, relaciona-se com um mecanismo de constituição, consciência e inserção do sujeito no mundo.

A subjetividade refere-se àquilo que é próprio do sujeito, individual, particular. Nardi, Tittoni e Bernardes apud Cattani (1997) conceituam subjetividade associada a trabalho, destacando essa temática para a análise do mundo de vivências do sujeito trabalhador, que tem como perspectiva de análise a “concepção de homem/sujeito atado às normas sociais e construído nas tramas que definem tais normas” (NARDI, TITTONI e BERNARDES apud CATTANI, 1997, p. 240), idéia que se opõe àquela do sujeito livre e autônomo associado à constituição do indivíduo. Esses autores apresentam, em seguida, duas forças clássicas que disputam a explicação desses fenômenos, uma com base nas determinações macrosociais, de cunho econômico, e a outra que adota uma perspectiva psicologizante/individualizante, associada ao campo da motivação e dos comportamentos no trabalho.

Essas duas perspectivas parecem suscitar uma questão central nas teorias de escolha profissional: como localizar o sujeito frente a essa temática? De fato esse sujeito pode escolher? Onde se localizam os

pressupostos de suas decisões? Em si mesmo ou no ambiente social? É o homem livre para decidir e escolher? Como entender suas relações sociais e as forças de poder que o cercam?

Nardi, Tittoni e Bernardes apud Cattani (1997) tomam como referência a análise do sujeito através dos modos de subjetivação, isto é, como se relacionam com as regras que têm que cumprir e como se reconhecem nestas obrigações, indicando que a temática se desenvolve sobre uma tensão entre coletivo e individual, objetivo e subjetivo, e amplia discussões em torno da ética, da cultura, além de modificar bases de pensamento da Sociologia e da Psicologia, por se tratar de um conceito que faz interface com várias disciplinas. Indicam, ainda, que o pensamento marxista também colabora com a temática e que já se produziram muitos estudos em busca do conceito de subjetividade em Marx ou negando tal possibilidade.

Recorreu-se a elementos mínimos de compreensão da noção de subjetividade em Marx pelo fato de Seve e Leontiev, apresentados por Martins (2004), terem encontrado nesse referencial uma possibilidade de desenvolverem uma proposta diferenciada de estudo da personalidade e do indivíduo, trazendo uma contribuição à Psicologia e às Ciências Sociais.

Resgataram-se elementos conceituais e características no homem que, segundo Araujo (1998), permitem visualizar a materialidade da noção de subjetividade em Marx. O autor começa indicando três dimensões humanas: o homem como ser biológico, o homem como ser ativo e consciente e o homem genérico, como ser que precisa do outro. Essas especificações se transformam ao longo da história e, a partir da multiplicidade das interações sociais, a individualidade se constrói.

A primeira condição para compreender a subjetividade humana é reconhecer o homem como ser natural, como ser de existência objetiva, que busca através da natureza satisfazer suas necessidades naturais. Nesse sentido, ele é parte dela, mas se distingue dos demais seres naturais porque interfere no curso natural do restante da natureza através da ação e constrói sua objetividade a partir dela. Nesse processo, o homem se percebe como ser social, sendo sua existência, sua individualidade, construída de forma processual.

A atividade se constitui como um elemento fundamental para que consiga transcender sua objetividade. Buscando satisfação para suas necessidades,

transforma a natureza em objeto de sua vontade e consciência e, assim, torna-se sujeito de sua própria vida e sua subjetividade se constrói na objetividade. O que intermedia essa conquista é a atividade consciente. Desta forma, objetividade e subjetividade só podem ser separadas numa perspectiva metodológica; de modo que elas só existem uma em relação à outra.

Em seguida, Araujo (1998) apresenta a idéia de sujeito social, já que toda forma de atividade traz em seu bojo a sociabilidade. O autor mostra que na perspectiva do homem relacional, mesmo aspectos aparentemente de pura manifestação individual, como gestos, gostos, sentimentos, cheiros, desejos e pensamentos são viabilizados pela cultura, pela dimensão relacional, pelo contato com o outro. Afirmar que o homem é um ser social, portanto, em nada inviabiliza sua individualidade.

Finalmente, o autor destaca o caráter da sociabilidade capitalística, em que os indivíduos se constroem numa dimensão social histórica e própria de uma sociedade, no caso, da sociedade capitalista, onde as principais características são: força na relação do ter, dinheiro como meio de obter desejos, divisão social do trabalho, que marca as relações sociais, propriedade privada e classes sociais que dela se originam. São as instâncias que produzem a alienação do homem ao promoverem oposição entre classes e cisão entre o indivíduo e sociedade¹, entre interesse pessoal e genérico. Esse é o ambiente da existência social, cenário e nascedouro das individualidades, que determina, mas também que oportuniza superação por meio da ação consciente do homem.

De posse desses elementos mínimos, parte-se ao estudo de Martins (2004), em que o tema da subjetividade é desenvolvido como elemento estruturador da personalidade, a partir das contribuições de Seve e Leontiev. A autora demonstra como se dá a construção da subjetividade humana diante das relações de alienação que marcam a sociedade capitalista, contrapondo-a a um estudo da personalidade tomado como centro organizador interno ao indivíduo, que desde o nascimento dirige suas estruturas psicológicas, tendência entre as teorias da Psicologia.

Leontiev e Seve fundamentaram-se na epistemologia do materialismo histórico e dialético para construir um sólido arcabouço teórico em torno da personalidade humana. Suas idéias assentam-se sobre princípios segundo os quais o homem se constrói através de sua história de relacionamentos com o mundo, o que envolve sua dimensão biológica e social em constante interação por meio da atividade

humana, constituindo, assim, o aparelho psíquico humano e possibilitando capacidade, motivos, sonhos, sentidos, sentimentos que caracterizam a existência do homem.

A noção de personalidade em Seve e Leontiev² relaciona-se com a máscara que caracteriza o personagem, própria do homem em sua relação com o mundo. Seve chama de “ciência da personalidade ao estudo de todo o conjunto da estrutura e do desenvolvimento das personalidades humanas reais [...] no âmbito da própria vida e de uma forma global” (MARTINS, 2004, p. 2). Assim, a personalidade deve ser entendida não como algo que é produzido pelo indivíduo isoladamente, mas como resultado da atividade social, que não depende da vontade do indivíduo separado, mas da trama das relações que se estabelecem entre eles.

A formação do homem sintetiza uma formação mais ampla, qual seja, a da própria humanidade. Para Seve (1989), o homem é multideterminado e, por isso, compreende a personalidade como “um sistema temporal de atividades, inseparavelmente sociais e individuais, objetivas e subjetivas, fundadas sobre e no conjunto das relações sociais” (SEVE, 1989, p.157). O conceito de personalidade deve ser entendido como **autoconstrução da individualidade**, de maneira que, por toda a vida, o indivíduo assimile novas objetivações, passe por mudanças, mas permaneça nele uma coerência interna, de acordo com as condições concretas de vida aliada às possibilidades de atividade consciente.

Para compreender a construção da personalidade e a conseqüente estruturação subjetiva do indivíduo, Seve e Leontiev utilizam-se de três noções básicas: a atividade, as necessidades e a consciência.

A atividade, como elemento de unidade entre a subjetividade e a sociabilidade, caracteriza-se como mediadora entre a necessidade e o produto. Segundo Martins (2004), tanto Seve quanto Leontiev estudaram a atividade como a ação que parte de uma origem a um determinado fim, demonstrando, nesse percurso, a relação do homem com o seu meio.

Para Leontiev, o homem enquanto indivíduo nasce com necessidades que inicialmente são satisfeitas por outrem. À medida que começa a agir para satisfazer suas necessidades, uma dinâmica vai se criando entre o sujeito/necessidades e o objeto, de maneira que se percebe que o estado de necessidade não tem seu registro no objeto, mas ele vai ser descoberto, e é à medida que se vai descobrindo o objeto que a necessidade se torna

objetiva, e o objeto passa a ser o **estimulador da necessidade** e o **orientador da ação** que busca sua satisfação; nesse caso, converte-se em motivo. “Em contrapartida, se a princípio do desenvolvimento, a necessidade é condição para atividade, quanto mais esta (atividade) se complexifica mais esta premissa se inverte, a tal ponto que a necessidade virá tornar-se seu resultado” (MARTINS, 2004, p.3).

As **necessidades** vão se transformando com o uso dos objetos, o que confirma a tese marxiana de que elas são produzidas e, por isso, têm uma natureza histórico-social. As necessidades sustentam-se por determinados motivos e orientam-se em termos de finalidade para a forma de ações. As **ações** são constituintes da atividade, são subordinadas às representações do objetivo final e orientadas por seus fins específicos.

Um processo semelhante acontece com a análise das ações em relação às operações, da mesma forma que a atividade não pode ser analisada em separado das ações. Deve-se entender por operações os **processos operacionais** da ação que estão condicionados às condições objetivas como possibilidades reais da ação, isto é, como a ação realizada em condições específicas.

Igualmente importante nessa construção conceitual é compreender que as relações que se estabelecem entre atividades também são relações sociais; portanto, seu produto não tem uma natureza psíquica direta; isto significa dizer que elas são condicionadas pela realidade objetiva, o que garante a produção e a reprodução das atividades. Dessa forma, pode-se compreender que o sujeito é capaz de refletir sobre o motivo da ação e sobre as relações entre elas, pois o sentido do ato não está encerrado em si mesmo, o que indica a possibilidade do agir consciente.

A atividade ainda se relaciona com capacidades, pois toda atividade pressupõe capacidades que também condicionam e pressupõem a atividade. Smirnov apud Martins (2004) diz que a divisão do trabalho gera especialização das capacidades; nesse sentido, sofrem absoluto condicionamento histórico-social e, dessa forma, **capacidades** deixam de ser **dons** para serem **produto** da história humana. As capacidades são construídas à medida que se conquistam as objetivações humanas, que se obtêm aquisições que influenciam nas próximas objetivações, e assim se desenvolvem capacidades, com assimilações que resultam em novas condições para novas assimilações; elas têm relação com o conhecimento, mobilizam conhecimento, mas não são necessariamente coincidentes.

A **consciência** é por onde o homem cria relações entre as ações e seus fins, estabelecendo conexões a partir da relação concreta, dando significados e chegando ao sentido de suas próprias ações, de onde se pode perceber o **princípio da unidade entre consciência e atividade**. E como consciência e atividade se entrelaçam não se pode compreender a consciência como sendo própria do universo interior, mas sim como ato psíquico experimentado pelo indivíduo e, ao mesmo tempo, expressão de suas relações sociais. Tal indissociabilidade fica evidenciada nas relações entre significado e sentido, pois **os significados**, por origem, estão além do indivíduo, são frutos de construção objetiva elaborada ao longo da história e de como o homem assimila a experiência humana generalizada - assenta-se em relações objetivas na prática social. Essas representações disponíveis socialmente são introjetadas pelo sujeito, passam a fazer parte do universo psíquico do indivíduo e a ter um **sentido subjetivo**. As significações não perdem seu caráter objetivo devido o seu caráter social geral.

Leontiev afirma, segundo Martins (2004), que as relações entre significado e sentido pessoal não são necessariamente coincidentes por causa da divisão do trabalho. A ruptura entre significados e sentido gera uma mudança na estrutura interna da consciência, fato que se verifica com a sociedade de classes desenvolvidas, pois o trabalho é apartado do próprio trabalhador e a atividade vai deixando de ser para ele o que de fato é, de onde se verifica um descompasso entre o sentido objetivo da atividade e o conteúdo subjetivo desta.

Sentido e significado se constituem como mediadores da base motivacional da personalidade; podem, então, desenvolver percursos diversos, como interpenetração do significado e sentido pessoal, produção do sentido a partir do significado, proposição de novos sentidos pessoais a significados existentes, re-significação ou ruptura, alienação entre significado e sentido pessoal, processos quase sempre acompanhados de reações emocionais e sentimentos³.

Segundo Martins (2004), a partir dessa base motivacional, Leontiev, propõe e distingue os conceitos de **motivos geradores de sentido** e **motivos estímulo**. Motivos geradores de sentido impulsionam a atividade, conferindo sentido pessoal e promovendo uma relação consciente entre motivos e fins, entre por que e para que, evidenciando um caráter teleológico e, por isso, ocupando lugar privilegiado na estrutura da personalidade. Os motivos-estímulos - agem de forma complementar aos motivos geradores de sentido, levando à ação, impulsionando a

atividade positiva ou negativamente, numa função essencialmente sinalizadora. Portanto, a forma de desvelar a estrutura motivacional da personalidade é ater-se ao sistema de atividades. Para Seve e Leontiev (MARTINS, 2004), as proposições em torno dos conceitos de significado e sentido, motivos geradores de sentido e motivos-estímulo, trazem fundamentação para a compreensão da consciência.

A *existência de motivos não implica consciência sobre eles*; logo, pode haver atividades cujos motivos não são conscientes e que não se descaracterizam em seu sistema; por isso, só poderão ser desvelados pelo sujeito em relação com o mundo exterior. Rubinstein apud Martins (2004) sinalizou que as vivências inconscientes são assim caracterizadas por não terem uma relação adequada com a realidade e inexistir uma conexão consciente entre atividade e motivos; quer dizer, as ações inconscientes são aquelas que não penetraram na consciência, que decorrem da própria relação inadequada com as bases objetivas das ações e da própria atividade. Seve (1989) faz uma reflexão a respeito do problema do inconsciente, apresentando-o na perspectiva histórico-social. Ele afirma que as raízes das vivências inconscientes decorrem da produção da vida material desse sujeito; logo, não é da ordem do psicológico, mas do social, objetivo, prático.

Ora, buscou-se um conceito de subjetividade que possa situar o sujeito frente às escolhas profissionais, somente determinado ou totalmente livre? Com os pressupostos de suas decisões em si mesmos ou no ambiente social? Tais questões evidenciam uma tensão subjacente, envolvendo o coletivo e o individual, o objetivo e o subjetivo, e suscita uma sustentação teórica que possibilite um homem singular, individual, mas dependente da dimensão relacional e capaz de superar condições objetivas e condicionamentos.

Considerações finais

Os levantamentos iniciais acerca da subjetividade neste texto evidenciaram a relevância do tema tanto da perspectiva de sua investigação, enquanto fenômeno do sujeito/trabalhador, como subsídio a outras discussões pertinentes a esse sujeito que resgate a questão da autonomia e da liberdade do indivíduo.

Os autores não se chocam em suas proposições, antes avançam por áreas não trabalhadas pelo outro. Marx lança os fundamentos para uma compreensão da subjetividade na formação do indivíduo na sociedade capitalística sobre os quais Leontiev e Seve erigem seus construtos em torno da subjetividade, atentando para prismas diferenciados, o que certamente enriqueceu o presente estudo, que não se deteve num único olhar apesar de não ter adotado perspectivas teóricas destoantes.

O processo de formação da subjetividade, ora apresentado, fornece suporte à compreensão de alunos diante das escolhas profissionais de carreiras técnicas. E os conceitos apresentados de atividade, necessidade, motivo, ações, operações e processos operacionais situam uma perspectiva para o estudo das escolhas.

A escolha enquanto atividade humana surge para satisfazer uma necessidade, fruto de uma relação dinâmica do sujeito com o objeto de sua satisfação. Sustenta-se, pois, por motivos, e orienta-se em termos de finalidades para a forma de ações. A escolha precisa se efetivar por meio de ações, e a ação que manifesta esta atividade dá acesso a perceber os processos operacionais que estão condicionados à realidade objetiva deste sujeito. A escolha, portanto, existe, mas nesta perspectiva ela é sempre circunscrita a uma possibilidade própria de cada realidade.

A noção de consciência enquanto estrutura que possibilita ao homem refletir, estabelecer conexões em busca das relações entre os fatos, àquilo que gera e impulsiona o homem a ir a busca de algo que lhe falta, que lhe satisfaça, aponta para uma perspectiva de trabalho na dimensão da superação da realidade desse sujeito em que é possível mudança. Os significados e sentidos, os motivos geradores de sentido e motivos-estímulo, que além de revelar essa estrutura e os percursos que esse indivíduo esteja seguindo, apresentam-se como elementos com os quais se podem acessar a consciência e também transformá-la.

A possibilidade de autonomia do indivíduo frente ao contexto real e teórico, apresentado neste estudo, aponta para sua existência sim, uma autonomia que não se pode afirmar livre, irrestrita; ela apresenta-se circunscrita, mas com possibilidades de expansão, relacionada à consciência do indivíduo sobre tais condicionantes e à ampliação dos sentidos pessoais para os motivos de suas necessidades, ponto que chama pela Educação como um dos agentes que podem vir a atuar na perspectiva dessa superação.

Referências

- ARAÚJO, R. M. L. *Aproximações para entender a subjetividade numa perspectiva marxista*. Belo Horizonte, 1998, mimeo.
- BOCK, S. D. Escolha profissional: vocação ou sobrevivência? In: **ENCONTRO TÉCNICO DE INFORMAÇÃO PROFISSIONAL DO DISTRITO FEDERAL**, 2. 1987, Brasília Anais ... Brasília : 1987.
- BOCK, S. D. Concepções de Indivíduo e Sociedade e as Teorias em Orientação Profissional. In: BOCK, A. M. B. et alli. *A Escolha profissional em questão*. 2 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995.
- CATTANI, A. D. *Trabalho e tecnologia*: dicionário crítico. Petrópolis ; Porto Alegre : : Vozes; Ed. Universitária, 1997.
- CORRÊA, M. L.; SARAIVA, L. Autonomia. In: FIDALGO, F.; MACHADO, L. *Dicionário da Educação Profissional*. Belo Horizonte : Núcleo de Estudos sobre Trabalho, 2000.
- FERREIRA, A. B. H. *Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1988.
- FERRETI, C. J. *Opção: trabalho*: trajetórias ocupacionais de trabalhadores das classes subalternas. São Paulo: Cortez, 1988b.
- FERRETI, C. J. *Uma nova proposta de orientação profissional*. São Paulo: Cortez, 1988a.
- LEVENFUS, S. R. *Psicodinâmica da escolha profissional*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- MARTINS, L.M. A Natureza histórico-social da personalidade. *Cadernos CEDES*. Campinas, v. 62, n. 62, 2004.
- PIMENTA, S. G. *Orientação vocacional e decisão*: estudo crítico da situação no Brasil. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1981.
- SEVE, L. A Personalidade em gestação. In: SILVEIRA, P.; DORAY, B. *Elementos para uma Teoria Marxista da Subjetividade*. São Paulo: Vértice, 1989.
- SILVA, L. B. C. *A Escolha da Profissão*: uma abordagem psicossocial. São Paulo: Unimarco, 1996.
- TRACTEMBERG, L. Orientação profissional e educacional nos currículos escolares. In: SENAC. *Boletim Técnico do SENAC*. São Paulo, v.28, n.2, 2002.

Notas

¹ Baseado em resultados da pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA, orientada pelo Prof. Dr. Ronaldo Marcos de Lima Araujo, em nível de mestrado, concluído em outubro de 2005. A pesquisa teve apoio do CNPq.

² Essa é uma marca do capitalismo, divisão homem x sociedade. Antes do desenvolvimento do capitalismo, o homem era subjugado à ordem social, pois a posição do indivíduo na sociedade era determinada pelos laços de sangue; se o indivíduo nascesse servo, o seria até morrer, o senhor da mesma forma. Parecem se confundir, nesse caso, indivíduo e sociedade, mas ele está subjugado a ela,

CONTRA
PONTOS

e, nesse tempo, com a anuência divina, pois o clero era uma poderosa força ao lado da aristocracia (BOCK, 1995).

³ As proposições dos autores são compatíveis; são pesquisadores contemporâneos e chegam a citar o outro em suas obras (MARTINS, 2004).

⁴ Estados emocionais são resultantes da relação entre necessidades, motivos e possibilidades de realização de atividades que respondem a ele; são manifestações internas, mas sempre ligadas a um estímulo externo objetivo. Os sentimentos são por natureza histórico-sociais, e se diferenciam das emoções por dependerem sempre da relação entre objeto e fenômeno (MARTINS, 2004).